



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

O Município de Patos de Minas/MG torna público que, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, Lei Estadual nº 14.167 de 10/01/02, Decreto Municipal nº 3.401 de 06/02/10, Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e Portaria nº 3.739 de 08/03/2017 fará realizar a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, DENOMINADO MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMAS DE ALARMES COM VISTORIA DE PRONTA RESPOSTA**, de acordo com o edital de Pregão Presencial n.º 011/2017. Os envelopes de proposta e habilitação poderão ser encaminhados a Diretoria de Suprimentos e Bens Patrimoniais localizado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº 151, 2º andar, Bairro Eldorado, Patos de Minas/MG, CEP 38.700-900 até a data da sessão ou entregues na sessão no **dia 30 de março de 2017, às 08:00 horas**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário.

O pregão será realizado pela Pregoeira legalmente designada, tendo como Equipe de Apoio também designada pela Portaria n.º 3.739 de 08 de março de 2017.

1. DO OBJETO

1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, DENOMINADO MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMAS DE ALARMES COM VISTORIA DE PRONTA RESPOSTA, descrito e especificado nos Anexos I e VIII deste instrumento convocatório.

2. SECRETARIAS SOLICITANTES

- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 - O edital completo encontra-se no site oficial da prefeitura www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes.

3.2 - Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no Diário Oficial e/ou no site www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes, sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

3.2.1 - Caso haja interesse em adquirir o **edital impresso**, a licitante deverá procurar o Setor de Xerox da Prefeitura, situado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº 151, 1º andar, onde será cobrado por folha xerocada.

3.2.2 - A comprovação de pagamento do edital não será requisito para habilitação.

3.2.3 - Se for solicitado pela licitante (via e-mail ou telefone), o edital também poderá ser enviado por e-mail, não sendo necessário o pagamento do custo do edital.

3.3 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.patosdeminas.mg.gov.br bem como as publicações no Diário Oficial do Estado, visando ao conhecimento de possíveis alterações e avisos.

3.4 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados para o e-mail licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, ou, ainda, para a sala da Diretoria de Suprimentos e Bens Patrimoniais, no endereço constante à fl.1 deste Edital, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.

3.5 - As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail, fax e disponibilizadas no site www.patosdeminas.mg.gov.br, ficando acessíveis a todos os interessados.

3.6 - No site citado serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

3.7 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas até 03 (três) dias úteis da abertura do certame, contato na forma do parágrafo do art. 10 do Decreto Municipal nº 3.401/10, qualquer pessoa, inclusive licitante, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, ou protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

3.7.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.8 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pela Pregoeira, e que, por isso, sejam intempestivas.

3.9 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.10 - A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do presente Pregão Presencial: pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, e ainda, cujo Contrato Social esteja em vigor, registrado no Órgão Competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

4.2 - A participação na licitação importa total submissão dos proponentes às condições deste edital.

4.3 - Cada licitante apresentar-se-á com apenas 01 (um) representante legal, o qual somente poderá representar uma empresa, devidamente munido de credencial, que será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório.

4.4 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:

4.4.1 - Empresas em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

4.4.2 - Empresas que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar neste Município ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

4.4.3 - Quaisquer servidores públicos vinculados ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

4.4.4 - Empresas estrangeiras que não funcionam no país;



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

4.4.5 - Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 180 (cento e oitenta) dias, anteriores à data da publicação deste edital;

4.4.6 – Consórcios¹.

4.5 - A observância das vedações do item 4.4 e subitens, é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4.6 - **Qualquer informação incompleta ou inverídica constante nos documentos de credenciamento apurada pelo Pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará no não credenciamento da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93.**

5. CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1 – A condição de **Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações é necessária para participação neste certame e deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante do **Anexo V**.

5.2 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente nos termos da lei.

6. CREDENCIAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designados no edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao Pregoeira.

6.2 - As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do Pregão Presencial por seu sócio administrador, desde que apresente cópia simples e original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado ainda de cópia simples e original ou cópia autenticada do documento oficial com foto (RG, CNH ou outro documento equivalente).

¹ NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consócio" no Pregão Presencial em questão.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

6.2.1 - A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo IV**, com firma reconhecida, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão Presencial, **acompanhado ainda de cópia simples e original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso de empresa individual**, juntamente com cópia simples e original ou cópia autenticada do documento oficial com foto (RG, CNH ou outro documento equivalente) do credenciado ou procurador.

6.3 - O credenciamento da licitante ou de seu representante legal junto a Pregoeira implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

6.4 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

6.5 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento da licitante ou de seu representante legal à sessão, inviabilizará a participação do mesmo no certame. Neste caso, o portador dos envelopes poderá assistir apenas como ouvinte, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue à licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa.

6.6 - No momento do credenciamento, o representante do licitante deve apresentar, fora de envelope:

– declaração, conforme modelo do **Anexo II**, de que cumpram plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02. Não sendo apresentada a declaração conforme modelo **Anexo II**, sendo possível a impressão da declaração na sessão do Pregão Presencial, o representante devidamente credenciado, poderá preencher e assinar tal Declaração;

– se o licitante estiver apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, declaração, conforme modelo do **Anexo V**, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada**, nos termos do art. 3º da citada Lei, e de que não está sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Obs.: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

7. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

77.1- Após o encerramento do credenciamento dos representantes dos licitantes, o(a) Pregoeiro(a) declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos licitantes.

7.2- Aberta a sessão, os representantes credenciados entregarão os envelopes contendo a **Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial.**

7.2.1 - As licitantes que enviarem os envelopes “**Documentação de Habilitação**” e “**Proposta de Preços**”, **sem representante credenciado**, deverão encaminhar, em envelope separado, **a declaração do Anexo II e caso haja interesse do licitante em almejar os benefícios ME/EPP enviar Declaração do Anexo V, assim terão sua proposta escrita aceita.** No entanto, a ausência de representante implicará na desistência de ofertar lances verbais e de manifestar sua intenção de interpor recurso administrativo quanto às decisões tomadas neste certame licitatório.

7.2.2 - Recebidos os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) procederá à conferência e rubrica destes e passará para conferência e rubrica dos representantes presentes.

7.3 - O (a) Pregoeiro (a), após a abertura das Propostas Comerciais, procederá à verificação de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificará aquelas que estiverem em desacordo e divulgará os preços cotados pelos licitantes.

7.3.1- Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade.

7.4 – As propostas serão ordenadas em ordem decrescente e o (a) Pregoeiro (a) classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de “**menor preço por item/lote**”, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores inferiores em até 10% (dez por cento) deste valor para participarem de lances verbais.

7.4.1 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas neste item, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.4.2 - Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de apresentação dos lances da seguinte forma:



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

7.4.2.1 - Ocorrendo hipótese de igualdade entre propostas de menor preço por item/lote, sem oferecimento de lances verbais, o(a) Pregoeiro(a) realizará sorteio para efetuar a classificação das propostas, na forma estabelecida no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.

7.5 - Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço por item/lote.

7.6 - Não havendo mais licitantes interessados em apresentar lances, estará encerrada a etapa de lances.

7.7 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por **ME ou EPP** ou equiparada, e houver proposta apresentada por ME ou EPP ou equiparada com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

7.7.1- Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- A ME, EPP ou equiparada mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.
- Caso a ME, EPP ou equiparada mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.
- Se a ME, EPP ou equiparada mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou equiparada remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 7.7 na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.
- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, EPP ou equiparada que se encontrem nesse limite, será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.
- Não havendo ME, EPP ou equiparada, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

7.8 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

7.9 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

7.10 - O (a) Pregoeiro (a) poderá formular contraproposta ao licitante que ofertou o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.11- Se a oferta de menor preço for considerada aceitável, será aberto o envelope "Documentação de Habilitação" do licitante que a tiver formulado, para confirmação de sua habilitação.

7.12 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13 - No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

7.13.1 - Nessa etapa o(a) Pregoeiro(a), também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Município de Patos de Minas, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.14 - Caso seja necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.15 - Na sessão lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, com registro de todos os atos do procedimento e das ocorrências relevantes, assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e pelos licitantes.

7.16 - Recomenda-se que todos os representantes das licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito de oferecer lances e recorrer dos atos do(a) Pregoeiro(a).

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 - A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentadas, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º: 011/2017
DATA DE ABERTURA: 30/03/2017
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: (citar o nome da empresa)
ENVELOPE N.º 01: "PROPOSTA DE PREÇOS"



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º: 011/2017
DATA DE ABERTURA: 30/03/2017
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: (citar o nome da empresa)
ENVELOPE N.º 02: "DOCUMENTAÇÃO"

9. PROPOSTA COMERCIAL

9.1 - O Município de Patos de Minas fornecerá a cada licitante, modelo de Proposta de Preços (Anexo I), que a licitante apresentará preenchido, em todos os campos, em português, por meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas e assinada pelo representante legal, na forma do Anexo I deste edital.

9.2 - Não serão consideradas as propostas apresentadas por e-mail, telex, fac-símile, e telegrama, em nenhuma situação.

9.3 - Nos preços apresentados deverão estar consignados salários, fretes, tributos, contribuições, transporte, mão-de-obra, materiais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis ao perfeito atendimento do objeto deste processo.

9.4 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item do objeto desta licitação.

9.5 - Quando for o caso se, a especificação técnica de determinado item utilizar a terminologia “aproximadamente” ou “aproximado (a)”, a medida dos produtos ofertados pela licitante obrigatoriamente deverá estar compreendida no intervalo entre 5 % (cinco por cento) acima e 5 % (cinco por cento) abaixo da medida descrita na especificação do item, inclusive os limites do intervalo.

9.6 - Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas ou inabilitação de todas as licitantes, a Administração procederá na forma do parágrafo 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

9.7 - A Proposta de Preços deverá conter:

9.7.1 - Nome ou razão social, endereço, telefone, fax, e-mail, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; nome e número do Banco, Agência, localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto.

– O número do CNPJ deve ser o do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal eletrônica referente ao objeto licitado, indicação essa, indispensável para emissão do termo contratual/instrumento equivalente, empenho da despesa e realização do pagamento.

- Deverão estar inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

objeto será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

- A descrição completa, detalhada e individualizada de todos os lotes cotados seguindo preferencialmente o modelo constante do Anexo I deste edital, datada, impressa e assinada, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura, contendo informações e declarações conforme modelo constante do **Anexo I**, deste edital.

- O preço unitário e o preço total em moeda nacional, do(s) item(ns) cotado(s).

- Somente serão aceitas propostas cotadas com no máximo 03 (três) casas decimais, sob pena de desclassificação.

- Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência do item, constante do Termo de Referência - Anexo VII, extraído de pesquisa de preços de mercado, não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

- Validade da proposta, não podendo ser inferior a **60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data de abertura da mesma.

- Caso este prazo não esteja expressamente indicado na Proposta de Preços, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

- Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para assinatura do contrato/instrumento equivalente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

- Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Patos de Minas.

- A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento das licitantes quanto à respectiva proposta.

9.7.2 - A apresentação da Proposta de Preços na licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente o edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve do MUNICÍPIO informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o edital desta licitação lhe permitiu preparar a proposta de preços de maneira completa e totalmente satisfatória.

9.7.3 - Cada licitante só poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se, as licitantes eliminadas, às sanções



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

cabíveis.

9.7.4 - Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeira(a).

9.7.5 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações dos materiais ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, nem serão admitidas alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços, como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato/instrumento equivalente, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza.

9.7.6 – Na hipótese de discordância entre os preços apresentados, a cotação indicada por extenso prevalecerá sobre a numérica.

9.7.7 - A cotação apresentada e levada em conta, para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.7.8 – Serão desclassificadas as empresas que não tenham atendido às condições estabelecidas nos itens 9.7.1 e 9.7.2.

9.7.9 – A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da empresa.

9.8 – Apurada a melhor proposta, o licitante vencedor deverá apresentar nova Proposta de Preços (**ANEXO I**), devidamente ajustada o valor de cada item ao valor final global, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis excluídos o dia da sessão, sob pena de desclassificação e convocação imediata do segundo colocado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

9.8.1 - O prazo para entrega da nova proposta poderá ser prorrogado, por igual período, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo Pregoeira.

9.8.2 - Para fins de adequação dos valores de cada item da Proposta de Preços ajustada, o licitante poderá:

- a) aplicação de desconto percentual linear nos preços unitários da proposta inicial, calculado a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial;
- b) readequação não linear dos preços unitários, a critério do licitante, respeitado como limite máximo o valor global final ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial.

9.9 – A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

10.1 - PARA AS LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADAS NESTE MUNICÍPIO:

a) Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.) emitido pelo Município de Patos de Minas/MG em vigor; **sendo que o ramo de atividade deverá ser compatível ao objeto deste edital;**

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários em vigor;

g) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

h) Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura**, conforme modelo **ANEXO III**;

i) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante executa(ou) satisfatoriamente a prestação do serviço objeto deste edital, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Nome da empresa que forneceu o produto ao emitente;
- Data de emissão;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

10.2 - PARA AS LICITANTES AINDA NÃO CADASTRADAS NESTE MUNICÍPIO:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 60 (sessenta) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

i) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

j) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do

² **NOTA EXPLICATIVA:** Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará à apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original ou cópias autenticadas acompanhadas das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

Município. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários em vigor;

k) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

l) Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo **ANEXO III**;

m) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante executa(ou) satisfatoriamente a prestação do serviço objeto deste edital, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Nome da empresa que forneceu o produto ao emitente;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

10.2.1- O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a), b), c) ou d) deste subitem (10.2) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

10.3 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada, preferencialmente, grampeada e/ou encadernada, na ordem retromencionada. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

10.4 - A documentação necessária à habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido juntamente com esta, o seu original, para autenticação por parte desta Equipe de Apoio – Setor de Licitações, ou por publicações em órgão da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente por esta Equipe de Apoio – Setor de Licitações, que, se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade. A licitante que pretender autenticação de documentos via Comissão de Pregão, deverá comparecer no Setor de Licitações com documentos originais e cópia dos mesmos. Fica facultado ao



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

Pregoeira a autenticação de documentos no dia da sessão.

10.4.1 - Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta no *site* correspondente, pelo(a) Pregoeira(a) ou sua equipe de apoio, serão aceitas cópias simples.

10.5 - Toda a documentação apresentada para habilitação deverá estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para o pagamento dos produtos, se for o caso):

10.5.1 - Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

10.5.2 - Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando a licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

10.5.3 - Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.6 - As licitantes participantes, que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, poderão ser inabilitados, não se admitindo complementação posterior à sessão de abertura do certame.

10.6.1 - O(a) Pregoeira(a), visando atender ao interesse público, poderá verificar e/ou atualizar dados e certidões das licitantes, inclusive através de consulta à internet, desde que seja feita durante a própria sessão.

10.6.2 - As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

10.7 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame na sessão do pregão, nos termos do art.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. A licitante declarada vencedora será notificada para no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularizar a documentação;

10.7.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(a) Pregoeira(a). Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

10.7.3 - A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas no subitem 10.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, com base no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.8 - O Município de Patos de Minas manterá em seu poder, através da Comissão de Pregão, os envelopes de documentação de habilitação das demais licitantes, pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.9 - Eventuais falhas e omissões na documentação de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública do Pregão Presencial, inclusive verificação por meio eletrônico hábil de informações e certificada pelo(a) Pregoeira(a).

10.10 - Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital e seus anexos, será declarada pelo(a) Pregoeira(a) a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.11 - Caso o proponente não atenda às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato e/ou outro documento equivalente com a licitante vencedora, o(a) Pregoeira(a) examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;

10.12 - Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeira(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

10.13 - **Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de habilitação/proposta apurada pelo Pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação/desclassificação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G. (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei nº 8.666/93.**

11. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1 - O recurso contra a decisão do(a) Pregoeira(a) terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o(a) Pregoeira(a) puder decidir de plano.

11.2 - A licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão Presencial, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todas as demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 - O resultado do recurso será comunicado a todas as licitantes via fax ou correio eletrônico.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeira(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

12.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.

13.1.1 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato ou instrumento equivalente.

13.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato ou instrumento equivalente.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

13.2 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (**cinco**) dias a contar da comunicação.:

13.3 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14.DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será exercida por representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93). A fiscalização será exercida pela Gerência de Frota de Veículos.

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com o Contrato.

16. DO PAGAMENTO

16.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, item do contrato, nº do contrato, preço unitário e preço total do(s) serviços(s), devidamente atestada pelo setor competente da Contratante, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

16.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas.

16.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

16.4 - A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

16.5 - A nota fiscal eletrônica será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

16.6 - O documento fiscal conterá em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano do contrato, a descrição precisa dos serviços prestados e o mês de referências destes.

16.7 - Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal eletrônica e demais documentos a Prefeitura no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

16.8 - A Prefeitura, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação / substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

16.9 - Os pagamentos devidos pela Prefeitura serão efetuados por meio de depósito em conta corrente bancária a ser informada pela CONTRATADA.

16.10 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica, a CONTRATADA dará a Prefeitura plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

17. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

17.1 - As despesas decorrentes com a prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão no exercício de **2017** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias **informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias** e, nos exercícios seguintes, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222114 Manutenção do Centro de Atenção	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222115 Manutenção do Serviço de Reabi	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030400202123 Manutenção das Ações de Vigilância	150.0102 TRANSF. REC. UNIÃO SUS VIG.SAÚDE	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030500202124 Manutenção das ações das Vigil	150.0101 TRANSF. REC. UNIÃO SUS VIG.SAÚDE	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1212200152126 Gestão e Administração da Polí	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021002 FUNDEB - FUNDO MAN. E DES. EDUCAÇÃO BÁSICA	1236500162140 Manutenção e Desenvolvimento d	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021002 FUNDEB - FUNDO MAN. E DES. EDUCAÇÃO BÁSICA	1236100162169 Manutenção e Desenvolvimento d	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021101 SEC. MUN. CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LA	1339200132154 Manutenção da Biblioteca Munic	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0412200022022 Coordenação e Execução das Ati	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020804 FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT	0824300082272 Manutenção do Conselho Tutelar	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0412200022030 Almoxarifado Central	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030100192456 Manutenção das Unidades Básica	148.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS ATENÇÃO	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030300212360 Manutenção da Farmácia Popular	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1236400172357 Manutenção do Convênio com a	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0812200062051 Execução da Política de Assist	156.0203 PISO MINEIRO C/C 63.950-8	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0824300082091 Manutenção do Centro de Referê	156.0203 PISO MINEIRO C/C 63.950-8	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0824400072289 Manutenção dos Centros de Refe	129.0116 PISO BÁSICO FIXO - PBF C/C 75.	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1012200182100 Serviço de Infra-Estrutura e L	102.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À SA	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030300212122 Manutenção das Farmácias	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222106 Manutenção do Centro de Referê	155.0217 PROGRAMA CEAE	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030100192291 Manutenção do Núcleo de Apoio	148.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS ATENÇÃO	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – AOS LICITANTES:

18.1.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

18.1.2 – Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação das condições da primeira colocada.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

18.2 – À CONTRATADA:

18.2.1 - Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

18.2.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

b) 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

f) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

18.2.3 - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

19. DAS RETENÇÕES

19.1 - Retenção da Pessoa Jurídica

19.1 - PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optantes pelo “SIMPLES NACIONAL”.

19.1.1 - Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se à recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da empresa CONTRATANTE e CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois.

19.1.2 - Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras das Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

19.1.3 - A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

19.1.4 – A contratada deverá apresentar planilha que comprove a parte de fornecimento de materiais discriminada na nota fiscal de serviço.

19.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2009, a CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

19.2.1 - Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

19.2.2 - A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento de seus termos.

20.2 - Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, após sua apresentação.

20.3 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como da documentação de habilitação apresentadas na sessão.

20.4 - É facultado ao(a) Pregoeira(a) ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento, suspender a sessão pública para promover diligências e consultas destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando a decisão às Licitantes.

20.5 - O(a) Pregoeira(a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.6 - É vedada a desistência de proposta após sua abertura, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeira(a) e pela Equipe de Apoio – Setor de Licitações.

20.7 - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Pregão Presencial.

20.8 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

20.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Município de Patos de Minas. Os horários estabelecidos no edital observarão para todos os efeitos o horário de Brasília.

20.10 - A Administração Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, não cabendo às licitantes direito a indenização.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

20.11 - No caso de alteração deste edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos e classificação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.12 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, o Foro competente será o da Comarca de Patos de Minas- MG.

20.13 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao(a) Pregoeira(a), no Município de Patos de Minas, no endereço Rua Dr. José Olympio de Melo, nº 151, 2º andar, Eldorado, no Setor de Licitações, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de início dos trabalhos licitatórios, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 0-xx-(34) 3822-9607 ou pelo e-mail licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br.

20.14 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Pregão, dentro dos seus limites legais.

20.15 - Fazem parte integrante e inseparável deste edital:

Anexo I - Proposta de Preços;

Anexo II - Declaração Referente à Habilitação;

Anexo III - Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

Anexo IV - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo V - Declaração de Microempresa / Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI - Minuta do Contrato.

Anexo VII - Projeto Básico / Termo de Referência

Anexo VIII – Modelo de Ordem de Serviços

Patos de Minas, 13 de março de 2017.

José Martins Coelho
Secretário Municipal de Administração

Juliana Silva Caixeta
Pregoeira



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ nº....., declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial nº 011/2017.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

(ESTE DOCUMENTO É APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO - FORA DO ENVELOPE)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

Declaramos para os devidos fins de comprovação junto ao Município de Patos de Minas, que cumprimos as disposições referentes ao Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Patos de Minas, de de

Razão Social da Licitante:

CNPJ:

Nome do Representante Legal:

Assinatura:

CPF:

* Este documento deve ser assinado por sócio, diretor e ou procurador que tenha poderes para tal investidura*



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO IV - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Patos de Minas (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação). Local, data e assinatura

NOME DA EMPRESA E ASSINATURA

RECONHECER FIRMA

(ESTE DOCUMENTO É APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO - FORA DO ENVELOPE)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

DECLARAÇÃO

A EMPRESA
....., sediada a Rua.....,
nº....., Bairro....., CEP.....,
em..... estado, inscrita no CNPJ sob nº
....., neste ato representada pelo(a) Sr(a).
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
....., inscrito(a) no CPF sob nº.....,
DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como..... (MICRO EMPRESA?,
EMPRESA DE PEQUENO PORTE?) nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14
de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por
não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Patos de Minas, _____ de _____ de _____.

Razão Social:

CNPJ.....

Nome Representante Legal

CPF

☐ Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o
prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando
ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no
artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Assinatura do Representante Legal

CARIMBRO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

(ESTE DOCUMENTO É APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO - FORA DO ENVELOPE)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, DENOMINADO MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMAS DE ALARMES COM VISTORIA DE PRONTA RESPOSTA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A EMPRESA/LICITANTE.....

(PODERÁ SER MODIFICADO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO ao interesse público)

Aos ...dias do mês de do ano de, sede do Município de Patos de Minas, situada a Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado, nesta cidade, compareceram de um lado, o Sr. José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, solteiro, economista, CPF nº 001.482.701-82, residente e domiciliado à Rua Olegário Maciel, nº 298, Centro, CEP: 38.700-122 no uso das atribuições que a permitem representar o Município de Patos de Minas, CNPJ nº 18.602.011/0001-07, e doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa/Licitante, CNPJ/ CPF nº, estabelecida na cidade de na , que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF nº, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº, órgão expedidor, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do Processo nº 112 de 13 de março de 2017, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/Julho/2002, Lei Estadual nº 14.167 de 10/Janeiro/2002, Decreto Municipal n. 3.401 de 06/dezembro/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância eletrônica, denominado monitoramento remoto de sistemas de alarmes com vistoria de pronta resposta.

Parágrafo primeiro - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório nº 112/2017, Pregão Presencial n.º 011/2017.

Parágrafo segundo – É facultado à CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do parágrafo 1º, do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo terceiro – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme parágrafo primeiro, do Artigo 65, da Lei n.º 8666/93.

Parágrafo quarto – A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 112 de 13 de março de 2017, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

- a) PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017;
- b) Proposta e Documentos que o acompanham, firmados pela CONTRATADA e apresentados à CONTRATANTE, na data de abertura dos envelopes do respectivo processo licitatório.

Parágrafo quinto _ Os serviços ora contratados foram objeto de licitação, de acordo com o disposto no Capítulo II, da Lei 8.666/93, sob a modalidade mencionada na alínea “a” do parágrafo 4º. desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

- b) Notificar à CONTRATADA por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;
- d) Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que não atenderem à especificação do objeto contratado;
- e) Comunicar formalmente a Contratada da ocorrência de fatos relevantes à operação do sistema tais como alteração de endereço, de telefone, ou de qualquer usuário do sistema.
- f) No caso de ocorrer um disparo acidental de alarme estando no local, o Contratante deve comunicar o fato imediato e telefonicamente para a estação monitorada.
- g) Qualquer teste do Sistema eletrônico executado pelo Contratante deverá ser previamente acertado via telefone com a Contratada e vice-versa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato/instrumento equivalente;
- b) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;
- c) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;
- d) Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- e) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;
- f) Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- g) Fornecer condições que possibilitem a prestação dos serviços, a partir da data de retirada do contrato/instrumento equivalente;
- h) Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a prestação dos serviços seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial;
- i) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- j) Prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;
- k) Fornecer os serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos;
- l) Após concluir os serviços de instalação, a Contratada deverá retirar todo o material existente, entulho, ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado; os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos do Contratante.
- m) A Contratada deverá treinar gratuitamente os usuários dos sistemas eletrônicos de forma a capacitá-los à correta utilização dos mesmos, exceto quanto aos aspectos afetos à fase de monitoramento, tais como uso de códigos, senhas e contra-senhas.
- n) Caberá à Contratada manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do Sistema.
- o) Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas de imediato, observando prazos razoáveis e tecnicamente admitidas, ou aqueles previstos nos editais, termos de referência, contratos e/ou acordos de nível de serviço.
- p) Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas, a Contratada deverá obrigatoriamente providenciar, de imediato, o restabelecimento do sistema, inclusive, em horários noturnos, e aos sábados, domingos e feriados.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- q) A Contratada deverá providenciar, quando necessário, a substituição de materiais do sistema de vigilância eletrônica, equipamentos de primeira linha de fabricação, de acordo com as especificações atuais, nunca inferiores.
- r) A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados, que possam comprometer ou não os serviços.
- s) Sem prejuízo das penalidades previstas, na impossibilidade do restabelecimento imediato das funções básicas do sistema, a Contratada deverá garantir as condições de segurança do patrimônio do Contratante por meio de ações estabelecidas nos procedimentos, rotinas de trabalho e planos de contingência, conforme disposições do edital, termo de referência e projeto, proposta de trabalho e contrato.
- t) A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer prejuízo (inclusive material) que venha a ocorrer por motivo do não atendimento das chamadas em tempo hábil.
- u) O pessoal necessário para prestação dos serviços deverá estar devidamente uniformizado e identificado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

O presente contrato vigorará da data de assinatura **até 31/12/2017**, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Único – Nos termos do previsto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, o prazo de vigência deste Contrato poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos e desde que permaneçam favoráveis ao Município as condições contratuais e o valor cobrado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento dos serviços, o valor total mensal de R\$......(.....).

Parágrafo primeiro – A repactuação deste Contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos fiscais (originais ou autenticados em cartório) que comprovem o pedido de revisão de aumento.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

Parágrafo segundo – Os efeitos financeiros da repactuação são devidos a contar da data da solicitação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Patos de Minas e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;
- e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do Art.61, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação do serviço será exercida por representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93). A fiscalização será exercida pelo (a) Diretor (a) de Serviços Gerais

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se em desacordo com o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado, de forma total e plena, ao Processo Licitatório nº 112/2017, Pregão Presencial nº 011/2017, que lhe deu causa, exigindo-se rigorosa obediência ao Edital e seus anexos.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes com a prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão no exercício de **2017** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias **informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias** e, nos exercícios seguintes, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222114 Manutenção do Centro de Atençã	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222115 Manutenção do Serviço de Reabi	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030400202123 Manutenção das Ações de Vigilâ	150.0102 TRANSF. REC. UNIÃO SUS VIG.SAÚ	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030500202124 Manutenção das ações das Vigil	150.0101 TRANSF. REC. UNIÃO SUS VIG.SAÚ	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1212200152126 Gestão e Administração da Polí	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021002 FUNDEB - FUNDO MAN. E DES. EDUCAÇÃO BÁSICA	1236500162140 Manutenção e Desenvolvimento d	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021002 FUNDEB - FUNDO MAN. E DES. EDUCAÇÃO BÁSICA	1236100162169 Manutenção e Desenvolvimento d	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021101 SEC. MUN. CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LA.	1339200132154 Manutenção da Biblioteca Munic	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0412200022022 Coordenação e Execução das Ati	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020804 FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT	0824300082272 Manutenção do Conselho Tutelar	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0412200022030 Almoxarifado Central	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030100192456 Manutenção das Unidades Básica	148.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS ATENÇÃO	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030300212360 Manutenção da Farmácia Popular	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1236400172357 Manutenção do Convênio com a	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0812200062051 Execução da Política de Assist	156.0203 PISO MINEIRO C/C 63.950-8	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0824300082091 Manutenção do Centro de Referê	156.0203 PISO MINEIRO C/C 63.950-8	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0824400072289 Manutenção dos Centros de Refe	129.0116 PISO BÁSICO FIXO - PBF C/C 75.	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1012200182100 Serviço de Infra-Estrutura e L	102.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À SA	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030300212122 Manutenção das Farmácias	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222106 Manutenção do Centro de Referê	155.0217 PROGRAMA CEAE	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030100192291 Manutenção do Núcleo de Apoio	148.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS ATENÇÃO	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Patos de Minas.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, arquivado no Município de Patos de Minas, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Operações de reorganização empresarial tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao Município e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação ensejará a rescisão do Contrato.

II – Qualquer tolerância por parte da Prefeitura, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

III – Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para a execução do seu objeto, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

IV - A **CONTRATADA**, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao Município, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

V - A **CONTRATADA** guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo Município ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

VI - Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela **CONTRATADA** durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

Patos de Minas de de

José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

ANEXO VII - PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na Prestação dos Serviços de Vigilância Eletrônica, denominado Monitoramento Remoto de Sistemas de Alarmes com Vistoria de Pronto Resposta, com apoio tático prestado no período diurno e noturno, por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, 07 (sete) dias por semana, e serviço de instalação e configuração do sistema de alarme, além de manutenções corretivas e preventivas, ***por empréstimo a título gratuito, enquanto vigente o contrato***, para execução da segurança física das instalações móveis, imóveis, equipamentos e documentos constantes nas dependências de Unidades de Educação, de Saúde, de Assistência Social, de Administração e Cultura.

O sistema de alarme é um conjunto de equipamentos eletrônicos “inteligentes” e interligados, que informam a violação de um imóvel protegido.

A **vigilância eletrônica** abrange os serviços de:

- Instalação, manutenção, disponibilidade e operação permanentes de equipamentos;
- Monitoramento local e/ou remoto de sensores e alarmes;
- Serviço de inspeção técnica por monitor externo do local protegido.

2. MOTIVAÇÃO

Assegurar a necessária vigilância patrimonial das instalações pertencentes às unidades municipais de educação, administrativas, de saúde, assistência social e cultura, por meio de vigilância eletrônica, possibilitando prevenir ou detectar acessos, visitas inadequadas, violações e outras irregularidades no local protegido.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Os **objetivos a serem satisfeitos pelo sistema eletrônico de segurança** são:

- a) **Detectar** automaticamente, pelo próprio equipamento, uma invasão e acionar a sirene;
- b) **Comunicar sonoramente**, por meio do acionamento de uma ou mais sirenes. **Luminosamente**, por meio do acionamento de *flashes* de advertências ou de *leds* do próprio teclado do sistema de alarme; ou **silenciosamente**, por meio do acionamento de um botão de pânico que enviará dados à central de monitoramento ou de dados;
- c) **Inibir** uma possível ação invasiva, através da demonstração de que as unidades educacionais, administrativas, de saúde e assistência social, têm um sistema de segurança eletrônica visível e/ou sonoro, mostrando aos indesejáveis que a área está protegida.

Nesse sentido, a motivação para contratação desse sistema eletrônico é detectar e informar aos responsáveis (pelo imóvel, área, patrimônio, gerenciadores de contrato, centrais de monitoramento local e/ou remoto e órgãos públicos competentes) alguma irregularidade para que sejam tomadas as devidas providências estabelecidas na ficha de monitoramento da Contratante. Essa informação é transmitida por sinais, linha telefônica fixa, celular, rádio frequência, rede de dados.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. DA INSTALAÇÃO

3.1.1 Os serviços de instalação, bem como aqueles de infra-estrutura eventualmente necessários, serão executados pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante, incluindo todo e qualquer material necessário para a completa instalação dos equipamentos, bem como transporte de materiais e pessoal, serviços de tubulação, cabeamento e adaptação de instalações elétricas, interligando os pontos de instalação a serem ativados.

3.1.2 Entenda-se por instalação a montagem, a fixação, os ajustes, a interligação entre si e com quadros e painéis, a alimentação elétrica de todos os equipamentos, execução de



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

testes e a colocação em operação de todo o sistema até seu recebimento. Inclui os serviços de adequação de painéis, de montagem, de instalação e testes.

3.1.3 Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados e desempenho, devendo a Contratada implementar a solução mais adequada para o caso concreto, de modo a otimizar a qualidade dos serviços e a buscar a melhor integração entre materiais, equipamentos, instrumentos e outros componentes, entre si e com o futuro serviço de monitoramento, fazendo funcionar eficientemente o sistema como um todo.

3.1.4 A Contratada deve proceder à instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema de vigilância eletrônica obedecendo às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos.

3.1.5 Sempre que for necessário a Contratada deverá prestar serviços de desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente da alteração interna de *layout* da unidade; desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local da mesma cidade, em virtude de mudança da unidade; desativação de equipamentos ou do sistema de segurança de alguma unidade, sem qualquer custo para a Contratante.

3.2. DO SERVIÇO:

3.2.1 A prestação do serviço contratado é o **monitoramento do sistema de alarme.**

O alarme será acionado sempre que houver envio de sinal de violação de ambiente, através de sensores de movimento, ambos com acionamento de contatos de emergência e das autoridades policiais (quando necessário), com serviço de pronta resposta.

3.2.2 A central de monitoramento deverá receber sinais dos sistemas de alarme instalados em pontos estratégicos ou vulneráveis dos edifícios, conectada ao módulo de rádio e telefone, capaz de enviar os sinais de ocorrência que serão captados pelos plantonistas ou operadores da empresa Contratada.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3.2.3 Em caso de acionamento de alarme pela central, a Contratada enviará unidade móvel, com agente devidamente identificado, qualificado e protegido, para garantir a segurança necessária aos imóveis.

3.2.4 Os alarmes serão transmitidos por sensores infravermelho instalados em locais considerados, de comum acordo entre a Contratante e a Contratada, como pontos estratégicos ou vulneráveis: entrada do prédio, acesso aos andares, sacadas, basculantes, salas e demais dependências do imóvel monitorado, bem como por violação da cerca elétrica.

3.2.5 Quadro de demonstração de ação:

Indicador	Tempo para executar o serviço
Tempo máximo de detecção de alarme pela Central de Monitoramento Remoto	30 segundos
Tempo máximo para verificação da veracidade do alarme e início do procedimento de comunicação com os plantonistas da empresa Contratada	3 minutos

3.2.6 Após a chegada de um profissional desarmado ao local de origem do sinal enviado pelo sistema eletrônico de segurança para verificação, registro e comunicação do evento à central de monitoramento, e o mesmo tenha detectado a ocorrência de sinistro, ele deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades policiais e ao responsável pelo imóvel, conforme relações abaixo, devendo manter o local preservado até a chegada daqueles. Caso as instalações sejam consideradas vulneráveis, não podendo a Contratante providenciar em tempo hábil os reparos necessários, a Contratada deverá disponibilizar um profissional qualificado, por um período de até 72 (setenta e duas) horas, até que os reparos sejam efetuados e o patrimônio da contratante esteja em segurança.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3.2.7 QUADRO DE DEMONSTRAÇÃO DE AÇÃO

Indicador	Tempo para executar o serviço
Tempo máximo de resposta a partir do Acionamento	10 minutos
Tempo de permanência incluído em cada ocorrência, inicia com o acionamento e cessa com a constatação pela contratada de que o patrimônio da contratante está em segurança	O necessário

3.3. DA MANUTENÇÃO:

3.3.1. A Manutenção Técnica Preventiva, feita mensalmente, contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo:

3.3.1.1. Manutenção do bom estado de conservação, substituição ou reparo de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento;

3.3.1.2. Modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos como limpeza, regulagem, inspeção e calibração;

3.3.1.3. Simulação de testes mecânicos e eletro-eletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

3.3.2. A Manutenção Técnica Corretiva será feita sempre que necessária, contemplando os serviços de:

3.3.2.1. Reparo com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos identificados por meio de diagnóstico;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3.3.2.2. Correção de anormalidades, através de realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento;

3.3.2.3. Substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema.

3.3.2.4. A manutenção dos equipamentos deverá ser realizada no mesmo dia em que o problema for detectado, visto que o local não poderá ficar sem segurança de um dia para o outro. Caso a manutenção não seja possível no momento, a Contratada deverá disponibilizar um profissional qualificado que fará a segurança do local. Esta manutenção não deverá ser cobrada em hipótese alguma, independente de local, dia e hora que foi realizada e caso se faça necessário, o equipamento deverá ser substituído sem ônus algum para a Contratante.

3.3.3. Os custos da Manutenção Técnica Preventiva e Corretiva correm por conta da Contratada;

3.3.4. Nos casos de defeitos oriundos de incorreta utilização, danificação deliberada ou involuntária por servidores municipais, a Contratada notificará a Contratante, através de ofício documentado e fundamentado, que deverá constar o nome do servidor, a descrição completa do fato, a informação de qual procedimento foi realizado de forma errada pelo servidor, a relação das peças danificadas com 03 (três) orçamentos anexos. Tal notificação será protocolada na sessão de protocolo da Prefeitura Municipal e encaminhada para a Procuradoria Geral do Município que analisará o caso e fará parecer final, no sentido de ratificar ou não a imperícia e/ou negligência do servidor municipal.

3.4. DOS VEÍCULOS:

3.4.1. A contratada deverá ter em sua frota veículos disponíveis em quantidade suficiente para atendimento, em caso de disparo de alarme na central, com exceção dos órgãos rurais que ficarão sob a responsabilidade de servidores do município.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3.4.2. Nenhum local poderá ficar sem atendimento em caso de acionar os alarmes e nem ocasionar demora no atendimento por falta de pessoal e/ou veículo, sob pena da Contratada ter que reparar os danos causados pela falta de atendimento ou demora, ressalvadas as exceções acima.

3.5. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:

3.5.1. Após concluir os serviços de instalação, a Contratada deverá retirar das unidades escolares, administrativas, de saúde, de assistência social e de cultura, todo o material remanescente do trabalho executado, inclusive entulhos; os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos do Contratante.

3.5.2. A Contratada deverá treinar os usuários dos sistemas eletrônicos de forma a capacitá-los à correta utilização dos mesmos, exceto quanto aos aspectos afetos à fase de monitoramento, tais como uso de códigos, senhas e contra-senhas.

3.5.3. Caberá à Contratada manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do Sistema.

3.5.4. Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas de imediato, observando prazos razoáveis e tecnicamente admitidas, ou aqueles previstos nos editais, termos de referência, contratos e/ou acordos de nível de serviço.

3.5.5. Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas, a Contratada deverá obrigatoriamente providenciar, de imediato, o restabelecimento do sistema, inclusive, em horários noturnos, e aos sábados, domingos e feriados.

3.5.6. A Contratada deverá proceder, quando necessário, a substituição de materiais do sistema de vigilância eletrônica com equipamentos de primeira linha de fabricação, de acordo com as especificações atuais, nunca inferiores.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3.5.7. A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados, que possam comprometer ou não os serviços.

3.5.8. Sem prejuízo das penalidades previstas, na impossibilidade do restabelecimento imediato das funções básicas do sistema, a Contratada deverá garantir as condições de segurança do patrimônio do Contratante por meio de ações estabelecidas nos procedimentos, rotinas de trabalho e planos de contingência, conforme disposições do edital, termo de referência e projeto, proposta de trabalho e contrato.

3.5.9. A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer prejuízo (inclusive material) que venha a ocorrer por motivo do não atendimento das chamadas em tempo hábil.

3.6. A Contratada deverá iniciar os serviços mediante ordem de serviço expressamente assinada pelos responsáveis de cada Secretaria.

3.5.10. O pessoal necessário para prestação dos serviços pela Contratada, deverá estar devidamente uniformizado e identificado.

3.6. DA OBRIGAÇÃO / RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (MUNICÍPIO):

3.6.1. O Contratante se compromete a zelar pelo estado de conservação das instalações bem como dos equipamentos destinados ao sistema em questão afim de que o mesmo não fique comprometido em seu perfeito desempenho.

3.6.2. Comunicar formalmente a Contratada da ocorrência de fatos relevantes à operação do sistema tais como alteração de endereço, de telefone, ou de qualquer usuário do sistema.

3.6.3. No caso de ocorrer um disparo acidental de alarme estando no local, o Contratante deve comunicar o fato imediato, por telefone, para a estação monitorada.

3.6.4. Qualquer teste do sistema eletrônico executado pelo Contratante deverá ser previamente acertado com a Contratada e vice-versa, via telefone.



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

3.6.5. Nos órgãos localizados no meio rural, quando houver acionamento do alarme, a Contratada não procederá o encaminhamento de viatura com profissional, haja vista o tempo necessário para se chegar ao local em razão da distância. Nestes casos, a Contratante deverá indicar uma pessoa que more na localidade e que seja responsável por ir até o local fazer a verificação *in loco*, e comunicar o evento à central de monitoramento. Uma vez ocorrido o sinistro, a Contratada comunicará o fato imediatamente às autoridades policiais e ao responsável pelo imóvel, que manterá o local preservado até a chegada daqueles. Caso as instalações sejam consideradas vulneráveis, não podendo a Contratante providenciar em tempo hábil os reparos necessários, a Contratada deverá disponibilizar um profissional qualificado, por um período de até 72 (setenta e duas) horas, até que os reparos sejam efetuados e o patrimônio da Contratante esteja em segurança.

3.6.6. A Contratante efetuará o pagamento a partir de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal.

3.6.7. Emitir ordem de serviços e providenciar empenho para efetuar os pagamentos.

3.7. DA CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS:

3.7.1. Conforme mencionado no **Item 3.1**, a empresa Contratada deverá fornecer todo o material necessário para a instalação e configuração dos equipamentos de monitoramento dos edifícios, com a seguinte configuração mínima:

3.7.1.1. Kit Monitoramento de Alarmes 05 Sensores:

- 05 sensores infravermelhos;
- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;
- 02 Sirenes;
- 05 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- Outros materiais que se fizerem necessários

3.7.1.2. Kit Monitoramento de Alarmes 08 Sensores:

- 08 sensores infravermelhos;
- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;
- 02 Sirenes;
- 08 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v;
- Outros materiais que se fizerem necessários.

3.7.1.3. Kit Monitoramento de Alarmes 10 Sensores:

- 10 sensores infravermelhos;
- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;
- 02 Sirenes;
- 10 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v
- Outros materiais que se fizerem necessários

3.7.1.4. Kit Monitoramento de Alarmes 15 Sensores:

- 15 sensores infravermelhos;
- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- 02 Sirenes;
- 15 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v
- Outros materiais que se fizerem necessários

3.7.1.5. Kit Monitoramento de Alarmes 11 Sensores:

- 11 sensores infravermelhos;
- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;
- 02 Sirenes;
- 11 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v
- Outros materiais que se fizerem necessários

3.7.1.6. Kit Monitoramento de Alarmes 14 Sensores:

- 14 sensores infravermelhos;
- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;
- 02 Sirenes;
- 14 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v
- Outros materiais que se fizerem necessários

3.7.1.7. Kit Monitoramento de Alarmes 25 Sensores:

- 25 sensores infravermelhos;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- 01 Bateria necessária para utilização em caso de falta de energia; elétrica, com autonomia mínima de 8 (oito) horas;
- 01 Central;
- 01 Teclado;
- 02 Sirenes;
- 25 Suportes articuláveis para sensores;
- 01 Caixa metálica;
- 01 Trafo 16v
- Outros materiais que se fizerem necessários

3.7.2. Locais onde serão instalados os Kits com 05 Sensores:

Local	Endereço
Patrimônio	Av. Presidente Tancredo Neves, 560. B. Cidade Nova
CMEI Colibri	Rua Bahia, 280, B. Santa Luzia
CMEI Patotinha	Distrito do Pilar
CMEI Cebolinha	Rua Acarapés, 471, B. Alvorada
CMEI Vovó Chiquinha	Av. Brasília, 85, B. Brasília
Pólo UAB	Rua São Geraldo, 61, B. Lagoinha
Arquivo da Saúde	R. Dona Luiza, 1270. B. Cristo Redentor
Farmácia Municipal	Praça Desembargador Frederico, 53. B. Centro
Farmácia Popular	Praça Desembargador Frederico, 59. B. Centro
Centro de Controle Zoonoses	R. Major Gote, 1748. B. Caiçaras
Almoxarifado Central	Rua Odilon Pessoa, nº 73, B. Cidade Nova
Arquivo Municipal	Av. Presidente Tancredo Neves. B. Cidade Nova
CRAS III	Rua Zeca Mota, 189. B. Alvorada
Academias SMS	A serem definidos

3.7.3. Locais onde serão instalados os Kits com 08 Sensores:

Local	Endereço
CMEI Branca de Neve	Rua 1, B. Abner Afonso
CMEI Tia Celinha	Rua Paraíba, 518, B. Cristo Redentor
CMEI Criança Feliz	Rua Ceará, 605, B. Cristo Redentor
CMEI Ivalda Alves	Pça. Salomão Alaor Franco, 36, B. Jardim América
CMEI Pinóquio	Rua Minas Gerais, 261, B. Brasil



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

CCI Teba	Rua Antônio Wenceslau Souza, s/nº, B. Jardim Aquarius
CMEI Vovó Lindoca	Rua Maria da Conceição Borges Filha, 160, B. Planalto
CMEI Leonides Alves da Rocha	Rua Alzino Martelo, 2500, B. Jardim Esperança
CMEI Tia Nicinha	Rua Crepúsculo, 90, B. Belvedere
CMEI Edna B. Babilônia	Rua Amazílio Ferreira Carvalho, 271, B. N. Sra. de Fátima
CMEI Bairro Jardim Peluzzo	Rua Peluzo, 238
CMEI Bairro Nova Floresta	Praça Leão Tolentino, B. Nova Floresta
E.M. "Norma Borges Beluco"	Rua Elizelma Pereira Silva, 150, B. Céu Azul
E.M. "Maria Inez Rubinger de Q. Rodrigues	Rua Ari Pessoa Franco, 910, B. Ipanema
E.M. "Pref. Jacques Corrêa da Costa"	Rua São Geraldo, 61, B. Lagoinha
E.M. "Marluce Martins de O. Scher"	Rua Maria da Conceição Borges Filha, 160, B. Planalto
E.M. "Profª. Madalena Maria de Melo"	Rua Brás Felipe de Araújo, s/n, B. Aurélio Caixeta
E.M. "Abdias Caldeira Brant"	Povoado de Alagoas
E.M. "Cônego Getúlio"	Distrito do Pilar
E.M. "João Gualberto de Amorim Júnior"	Fazenda Curraleiro
Sede Semed	Avenida Getúlio Vargas – Forum
Medicina do Trabalho	Rua. Dr. Eufrásio Rodrigues, 206. Bairro Centro
CRAS II	Av. das Paineiras, 154. Jardim Aquários

3.7.4. Locais onde serão instalados os Kits com 10 Sensores:

Local	Endereço
Almoxarifado Central	Rua Odilon Pessoa, nº 159, B. Cidade Nova
Conselho Tutelar	Rua Miosotes, n.º 291. B. Jardim Paraíso
Almoxarifado SMS	R. Mato Grosso, 34. B. Cristo Redentor
UBS André Luiz	R. Sergipe, 2386
UBS Lagoa Grande	R. Padre Alair, 640
UBS Novo Horizonte	R. João Carlos Cunha, 795
UBS Várzea	R. Marechal Rondon, 1164
UBS Jardim Paraíso	R. Joaquim Guimarães Maia, 42
Clínica Municipal de Reabilitação	R. Dona Queta, 486
CAPS II	R. Henrique Cota, 101



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Vigilância Sanitária	Rua Dr. Euphrásio Rodrigues, 5. Centro
----------------------	--

3.7.5. Locais onde serão instalados os Kits com 11 Sensores:

Local	Endereço
Sede SMDS	Praça Desembargador Frederico, n.º 88. Centro
CRAS IV	Rua dos Bandeirantes, 160. B. Sebastião Amorim
Biblioteca Municipal	Rua José de Santana, n.º 86. B. Jd. Paraíso

3.7.6. Local onde será instalado o Kit com 14 Sensores:

Local	Endereço
CREAS	Rua Dona Luiza, n.º 840. B. Lagoa Grande

3.7.7. Locais onde serão instalados os Kits com 15 Sensores:

Local	Endereço
UBS Guanabara	R. Geraldo Íris Mota, 30
UBS Ipanema	R. Ari Pessoa Franco
UBS Colina	R. Pinheiros,
UBS Alvorada	R. Modesto M. Ferreira, 540
UBS Geraldo Resende Lima	Praça Sete de Setembro, 85
Vigilância Epidemiológica	Rua Dr. Euphrásio Rodrigues, 5. Centro
UBS Sorriso	Rua 1A . B. Sorriso

3.7.8. Locais onde serão instalados os Kits com 25 Sensores:

Local	Endereço
SMS-Sede	R. Alzino Martelo, 710
UBS Sebastião Amorim	R. Deusdeti Amaro Teixeira, 120
UBS Jardim Panorâmico	R. João José Alexandre, 290
UBS N. Sra de Fátima	R. Aracaju, 131
UBS Nova Floresta	Praça Leão Tolentino, 130
UBS Padre Eustáquio	R. Dos Bariris, 338
UBS Jardim Esperança	Av. João Marques de Queiroz, 773
UBS Gramado	R. Teodomiro Caixeta, 538
CEAE	R. Henrique Cota, 84
Sede Administrativa	R. Dr. José Olímpio de Melo, 151
UBS Itamarati	Av. Tomaz de Aquino. B. Itamarati
UBS Jardim Paulistano	Rua Guilherme B. de Queiroz. B. Paulistano



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

3.7.9. Fica optativo a cada participante desta licitação, através de seu técnico, visite as instalações das unidades, em até 1 (um) dia útil antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, devendo ocorrer nos horários de 9h às 11h ou de 14h às 16h30min, cujo agendamento deverá ser feito pelo telefone (34) 3822.9697 (Contatos: Rosana).

3.8. DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.8.1. A central deverá enviar para a Contratada e para a Contratante informações como: data e hora dos eventos, identificação do usuário que ativou ou desativou o sistema, violação de zona, falta de energia, retorno de energia, bateria em uso, que o sistema está em perfeito funcionamento, alarme de incêndio, dentre outros dados essenciais ao monitoramento.

3.8.2. Será enviado à Contratante relatório mensal de todas as ocorrências registradas durante o mês pela central.

3.8.3. A Contratada afixará nos edifícios, adesivo que identifique as unidades que estão sob sua vigilância, para facilitação no caso das rondas, e também para inibir possível ação lesiva ao patrimônio da Contratante.

3.8.4. A empresa Contratada deverá possuir um local fixo no município para o recebimento das ocorrências, visto que as mesmas são transmitidas por telefone e gerando, desta forma, apenas ligação local, além de proporcionar agilidade no atendimento a ocorrências e manutenção.

3.8.5. No final do contrato todos os materiais utilizados e os equipamentos deverão ser devolvidos à Contratada.

4. DO VALOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O valor pago pelos serviços de vigilância eletrônica e de monitoramento de cerca elétrica, com apoio tático prestado nos períodos diurno e noturno, por 24 (vinte e quatro)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

horas ininterruptas, 07 (sete) dias por semana, prestados pela Contratada, será mensal, por unidade, **que não poderá ultrapassar os seguintes limites:**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
36128	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 05 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORMEESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 111,66
36129	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 08 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORMEESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 143,00
36130	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 10 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORMEESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 166,66
36131	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 15 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORMEESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 218,33
43639	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 11 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORMEESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 176,00
43640	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 14 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORMEESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 204,00



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

43641	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES (KIT COM 25 SENSORES), COM UNIDADE MOVEL 24(VINTE E QUATRO) HORAS E EMPRESTIMO A TITULO GRATUITO DOS EQUIPAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	R\$ 328,33
-------	--	------------

O critério de julgamento será o de **menor valor global mensal**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste projeto básico e posteriormente no edital.

Quanto à escolha da licitação em menor valor global, onde uma única empresa deve apresentar proposta para os diferentes kits de alarmes para os diferentes setores, trata-se de um direito discricionário da Administração Municipal de Patos de Minas e visa aspectos operacionais, com vistas a otimizar as atividades de gestão do evento, o que traz mais vantagens e benefícios para a Administração Pública de Patos de Minas, garantindo melhores condições para operacionalização, execução e acompanhamento do contrato que terá mais qualidade sem sofrer solução de continuidade.

Se várias empresas participarem do certame e cada uma ganhar um kit de alarmes, haverá uma grande dificuldade da administração municipal administrar os contratos além de correr o risco de haver prejuízo para o Município.

A escolha da licitação para contratação de empresa para monitoramento (alarmes), com critério de julgamento de menor preço, representado pelo menor valor total do objeto em lote único não é restritivo de participação de empresas, não é novidade na *jurisprudência dos Tribunais de Contas, favorecendo, inclusive, a administração não só no que diz respeito à própria realização do pregão, como também, e principalmente, no gerenciamento da execução contratual.*

O menor preço e lote único propicia à Administração a obtenção de melhores propostas, tendo em vista o vulto maior nos valores e itens, possibilitando também ao Pregoeira maior capacidade na negociação dos preços praticados.

O agrupamento dos vários itens (monitoramento por alarmes) num lote único não



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

compromete a competitividade do certame, já que várias empresas, que atuam no mercado de monitoramento por alarmes estão em condições e aptas para cotar e fornecer todos os itens, principalmente levando-se em consideração a modalidade adotada, resultando em considerável ampliação da competitividade, gerando, conseqüentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade de a Administração Pública firmar contrato mais vantajoso, haja vista que ela recebe mais propostas, beneficiando a eficiência em contratos administrativos.

O Tribunal de Contas da União se pronuncia no sentido de que "...a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada para o caso (Acórdão nº 732/2008)".

Desta feita, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina ainda que:

"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Conseqüentemente, por motivos outros além da economicidade, celeridade, e finalidade, a indispensabilidade pelo nexos de correlação entre o todo e o fim circunstanciam a necessidade por um lote único.

Há que se atentar ainda para o fato de que o § 1º do art. 23 da lei nº 8.666/93 é expresso ao prescrever que os serviços serão divididos quando a técnica e a economicidade sejam viáveis.

4.2. Os custos de instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme e cerca elétrica, e demais custos que eventualmente possam surgir e que não estejam especificados neste Termo de Referência, correm por conta da Contratada.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO PARA O INÍCIO DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA:

5.1. O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

5.2. Prazo de entrega dos equipamentos, montagem, instalação e início do monitoramento: 15 (quinze) dias da data de emissão da Ordem de Serviços (O.S.).

5.3. Deverá ser instituído como fiscal do contrato – Diretor (a) de Serviços Administrativos e Gerais.

6. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E TELEFONE:

Após a assinatura do contrato será informado os contatos telefônicos dos responsáveis por cada órgão.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS

7.1 – AOS LICITANTES:



Município de Patos de Minas ***Secretaria Municipal de Administração***

7.1.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

7.1.2 – Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

7.2 – À CONTRATADA:

7.2.1 - Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

7.2.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial.

d) multa de mora no percentual de 05% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo.



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais.

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.2.3 - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes com a prestação dos serviços correrão no exercício de **2017** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias **informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias** e, nos exercícios seguintes, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222114 Manutenção do Centro de Atença	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222115 Manutenção do Serviço de Reabi	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030400202123 Manutenção das Ações de Vigilâ	150.0102 TRANSF. REC. UNIÃO SUS VIG.SAÚ	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030500202124 Manutenção das ações das Vigil	150.0101 TRANSF. REC. UNIÃO SUS VIG.SAÚ	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1212200152126 Gestão e Administração da Polí	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021002 FUNDEB - FUNDO MAN. E DES. EDUCAÇÃO BÁSICA	1236500162140 Manutenção e Desenvolvimento d	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021002 FUNDEB - FUNDO MAN. E DES. EDUCAÇÃO BÁSICA	1236100162169 Manutenção e Desenvolvimento d	101.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À ED	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021101 SEC. MUN. CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LA.	1339200132154 Manutenção da Biblioteca Munic	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0412200022022 Coordenação e Execução das Ati	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020804 FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT	0824300082272 Manutenção do Conselho Tutelar	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0412200022030 Almoxarifado Central	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030100192456 Manutenção das Unidades Básica	148.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS ATENÇÃO	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030300212360 Manutenção da Farmácia Popular	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
021001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1236400172357 Manutenção do Convênio com a	100.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0812200062051 Execução da Política de Assist	156.0203 PISO MINEIRO C/C 63.950-8	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0824300082091 Manutenção do Centro de Referê	156.0203 PISO MINEIRO C/C 63.950-8	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0824400072289 Manutenção dos Centros de Refe	129.0116 PISO BÁSICO FIXO - PBF C/C 75.	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1012200182100 Serviço de Infra-Estrutura e L	102.0000 REC.IMP.E TRANSF.IMP.VINC.À SA	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030300212122 Manutenção das Farmácias	149.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS MÉDIA E	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030200222106 Manutenção do Centro de Referê	155.0217 PROGRAMA CEAE	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -
020901 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1030100192291 Manutenção do Núcleo de Apoio	148.0100 TRANSF. REC. UNIÃO SUS ATENÇÃO	3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -

9. DO CONTRATO

A Prefeitura reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

Rege-se o objeto deste projeto básico pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº. 8.666/93.

Patos de Minas, 03 de março de 2017.

ROSANA PAULINA DE OLIVEIRA
DIRETORA DE SERVIÇOS GERAIS



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2017
PROTOCOLO Nº 3.857/2017

ANEXO VIII – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, DENOMINADO MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMAS DE ALARMES COM VISTORIA DE PRONTA RESPOSTA, COM APOIO TÁTICO PRESTADO NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO, POR 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ININTERRUPTAS, 07 (SETE) DIAS POR SEMANA, E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME, ALÉM DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS (**especificar tipo**) No(A) (**identificar local, endereço e secretaria requisitante**).

EMPRESA RESPONSÁVEL: (razão social da empresa contratada)

Fica a empresa acima identificada, autorizada a dar início ao serviço especificado, conforme informações abaixo:

Contrato nº _____. Pregão Presencial nº _____.

O valor mensal do serviço corresponde a:

➤ R\$ _____, ____ (valor por extenso).

A data para início da execução dos serviços acima, será a partir do dia ____/____/____, mediante esta Ordem de Serviço, emitida pelo Município de Patos de Minas/MG.

Prazo de vigência do contrato: ____/____/____

Observação 01: O contrato poderá ser prorrogado através de aditivo contratual, caso ocorra motivo, plenamente justificado e aceito pelo Município de Patos de Minas/MG, mantidas as condições previamente estabelecidas.

Observação 02: Deverão ser observadas criteriosamente todas as especificações contidas no termo de referência a respeito da execução de todos os serviços.

Local e data.

NOME E ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESAS
Cargo / Função